

Quem são as mulheres sem filhos no Brasil?

Joyce Caroline Alecci Meneghim Fujiwara (IFCH/Unicamp)

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira (IFCH e NEPO/UNICAMP)

Palavras-chave: ausência de filhos, mulheres sem filhos

INTRODUÇÃO

A postergação da fecundidade é uma realidade em expansão no Brasil. Desde a década de 1990, a TFT nacional é diminuída pelo adiamento dos nascimentos (Miranda-Ribeiro et al, 2016). Entre as mulheres que adiam a fecundidade, destacam-se as mais escolarizadas e nos grupos mais altos de renda. Os índices de postergação para estas mulheres nos anos 2000 ultrapassam os 80%, enquanto que para o país como um todo, não chega a 60%. Alguns grupos específicos chegam a atingir índices superiores àqueles observados na Itália e na França (Alves e Cavenaghi, 2009).

A proporção de mulheres de 20 a 49 anos sem filhos aumentou entre 1970 e 2010 no Brasil, com destaque para o salto que ocorreu entre 2000 e 2010. O aumento de 30% na ausência de filhos nesta última década no grupo das mulheres de 25 a 29 anos e de 30 a 34 anos é um indicativo forte da postergação do nascimento do primeiro filho no país. Outro indicativo importante é o aumento da proporção de mulheres entre 30 e 39 anos no grupo de primíparas, que cresceu consideravelmente entre 1980 e 2010: passou de 7% para mais 25% para o conjunto da população (Oliveira e Marcondes, 2014).

Um dos debates mais antigos e duradouros em matéria de ausência de filhos tem sido conhecer que tipo de indivíduo compõe este grupo (Shapiro, 2014). É nesta perspectiva que este trabalho se desenvolve. O objetivo deste trabalho é explorar qual é a relação entre as características socioeconômicas e demográficas das mulheres brasileiras e a ausência de filhos.

FONTE DE DADOS E METOLOGIA

Neste trabalho são utilizados dados censitários brasileiros de 1970 a 2010, cujas variáveis selecionadas são: região geográfica, situação de domicílio, cor ou raça, religião, situação marital, nível de escolaridade, situação laboral e grupo de renda. Além da análise exploratória dos dados, são também ajustados modelos de regressão logística binários.

As análises são feitas em quatro grupos etários: de mulheres de 25 a 29 anos, de 30 a 34 anos, de 45 a 49 anos e, por fim, no grupo etário mais amplo que compreende mulheres de 25 a 49 anos. O último grupo permite avaliar a situação global da ausência de filhos no Brasil. Porém, por se tratar de um grupo etário muito grande, há muita heterogeneidade intrínseca e, por isso, propõe-se também o aprofundamento das análises para grupos etários específicos, extremos e representativos. De um lado, as mulheres de 25 a 34

anos, divididas em dois grupos, e, de outro, as mulheres de 45 a 49 anos. Estas últimas representam as mulheres que finalizaram o período reprodutivo sem filhos. As primeiras, por outro lado, são analisadas com o intuito de explorar a postergação da fecundidade. Claramente este grupo não é composto exclusivamente por mulheres que tenham apenas adiado a maternidade, porém, em média, mais da metade delas experimenta a maternidade posteriormente¹. Além disso, entre as mulheres de 45 e 49 anos, pode haver aquelas que apenas pretendiam adiar a maternidade e acabaram por não concretizar seus planos reprodutivos. Infelizmente estes controles e separações não são possíveis de serem realizados com os dados utilizados. A escolha da análise destes grupos etários como *proxies* para mulheres temporária e definitivamente sem filhos é, portanto, conhecidamente limitada. Porém, com uma análise cuidadosa e comparativa, estes resultados podem acrescentar muito à discussão sobre a ausência de filhos no Brasil.

Um último ponto importante a ser mencionado é: encontrar significância estatística quando se trabalha com bases de dados tão grandes como as utilizadas neste trabalho pode não significar que as categorias tenham diferenças realmente relevantes entre si, uma vez que o poder do teste gerado por amostras grandes reconhece como significativas mesmo diferenças muito pequenas. Embora seja estatisticamente significativa uma diferença de 5% na chance de não ter filhos nos modelos ajustados, por exemplo, interpretativamente este resultado não diz muito. Avaliar a significância interpretativa além da estatística se faz, portanto, fundamental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Região geográfica

O primeiro ponto a ser avaliado é se existem diferenças regionais na ausência de filhos. Em todos os anos analisados – de 1970 a 2010 – a Região Norte apresenta os menores percentuais de mulheres sem filhos, enquanto que a Região Sudeste apresenta os maiores percentuais. Realizada a padronização pela estrutura etária, os percentuais de ausência de

¹ Para as coortes que podem ser reconstruídas sinteticamente a partir dos dados censitários, o percentual de mulheres que não tinha filhos entre 25 e 29 anos e continuaram sem filhos quando tinham de 45 a 49 anos é de 36% nas coortes nascidas nas primeiras metades da década de 1940 e 1950 e 43% na coorte de mulheres nascidas na primeira metade da década de 1960. Por se tratarem de coortes antigas, estes valores podem não ser razoáveis para as coortes mais jovens. Por um lado, pode ocorrer que mais mulheres tenham filhos após os 35 anos devido a tratamentos médicos de fertilização. Por outro lado, pode ser que este número seja menor se mais mulheres jovens decidirem permanecer sem filhos definitivamente.

filhos na Região Norte variam entre 10 e 16% e da Região Sudeste variam entre 17 e 26% no período analisado.

Uma hipótese é que a ausência de filhos seja maior na Região Nordeste em 1970 devido à forte migração jovem masculina existente nesta época, de forma que os planos conjugais e reprodutivos pudessem não ser concretizados por um número excepcional de mulheres desta região. Por este mesmo motivo, o percentual ainda seria mais alto entre as mais velhas em 1980, que teriam vivido o momento mais comum de realizar estes planos durante o período mais intenso de migração, principalmente masculina. A partir de 1980, a migração masculina não teria números tão diferentes da feminina, por isso nos grupos mais jovens a ausência de filhos teria se reduzido².

Estes resultados também reforçam que a ausência de filhos no Brasil não deve estar diretamente ligada ao desenvolvimento econômico e nem à TFT da região, uma vez que a Região Sul – que é conhecida mais desenvolvida e com TFT sempre abaixo da média nacional – não se destaca em nenhum ano e em nenhum grupo etário. Esta região, em geral, ocupa a terceira posição entre as regiões com maior percentual de ausência de filhos, atrás apenas das Regiões Sudeste e Nordeste, respectivamente. Apenas nas décadas mais recentes, em especial entre as mais jovens, a Região Sul ultrapassa os percentuais da Região Nordeste. O aumento observado em 2010 no percentual geral de mulheres sem filhos foi experimentado em todas as regiões do país. Embora o peso da Região Sudeste deva ter sido o principal responsável por este aumento – o aumento relativo do percentual foi bastante similar entre esta região e o geral da população – este comportamento não se restringiu apenas ao Sudeste. Entre as mulheres mais jovens, as Regiões Sul e Centro-Oeste foram as que tiveram maior crescimento no período. Entre as mais velhas, a Região Norte se destaca.

Situação de domicílio

Quando se avalia a situação de domicílio da mulher, é possível observar que em todo o período analisado – de 1970 a 2010 – há uma proporção maior de mulheres sem filhos entre aquelas que vivem em áreas urbanas do que entre as que vivem em áreas rurais. O percentual entre as primeiras varia de 17 a 23% e, entre as últimas, de 11 a 14%. A diferença entre estes dois grupos diminui com o avanço da idade. Se entre as mulheres mais jovens – de 25 a 34 anos – o percentual de sem filhos entre as que vivem em áreas urbanas é de 55 a 77%

² Para mais informações sobre o histórico da migração nordestina, recomenda-se a leitura do texto: Camarano, Ana Amélia (1998), “Movimentos migratórios recentes na Região Nordeste”, trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Curitiba.

maior que entre as que vivem nas áreas rurais, entre as mulheres mais velhas – de 45 a 49 anos – esta razão não ultrapassa 40%³. Como isto é comum em diferentes décadas, não há indícios de que se trate de uma questão de coorte, mas sim de idade. O que se pode supor, a partir destes dados, é que nas áreas rurais não apenas uma proporção maior de mulheres experimente a maternidade, como também que elas devem fazê-lo mais cedo. Estes resultados não surpreendem quando se considera a participação da urbanização no processo de queda da fecundidade⁴. Embora a ausência de filhos não esteja necessariamente ligada ao declínio da fecundidade, os fatores associados a ambas as situações podem ser coincidentes, como maior facilidade no acesso à escolarização mais avançada e a métodos contraceptivos eficazes nas áreas urbanas, por exemplo.

Entretanto, os resultados dos modelos indicam que ao avaliar o efeito isolado desta variável sobre a ausência de filhos, isto é, controladas as demais variáveis utilizadas nesse trabalho, a situação se inverte. Em todos os modelos ajustados a chance de uma mulher residente em áreas urbanas não ter filhos é significativamente menor do que a de uma mulher residente em área rural (Tabela 1).

Uma possibilidade é que a migração masculina aja sobre a ausência de filhos, principalmente nas primeiras décadas analisadas. Mesmo que haja controle pela situação marital, nestas primeiras décadas, por limitação dos dados, ela se refere ao estado civil, ou seja, as uniões consensuais não seriam tão bem captadas quanto nos Censos seguintes. Isto afetaria principalmente as mulheres no início da idade reprodutiva, que nas décadas de 1970 e 1980 teriam em média 40% menos chance de ter filhos que uma mulher que vivia nas áreas urbanas. Ainda que seja uma hipótese, é difícil imaginar que o impacto seria tão grande. As mulheres nas áreas urbanas teriam maior acesso à escola, ao trabalho e aos meios contraceptivos. Seria esperado que, controlado pelas demais variáveis, estar em uma área urbana aumentasse a chance de não ter filhos e não diminuísse. A investigação das razões relacionadas a esta inversão podem exigir esforços extras de seleção de variáveis e modelagem estatística, além da exploração de conteúdos específicos sobre a relação entre urbanização e fecundidade, por exemplo. Por questões de escopo do trabalho, esta investigação será deixada como agenda de pesquisa.

³ A única exceção é em 1970, que em todos os grupos etários o percentual de sem filhos entre as mulheres que vivem em áreas urbanas é cerca de 40% maior que entre as que vivem nas áreas rurais.

⁴ Para aprofundamento nesta questão em nível mundial, recomenda-se o seguinte trabalho: Martine, George; Alves, José Eustáquio Diniz e Cavenaghi, Suzana (2013), “Urbanization and fertility decline: cashing in on structural change”, Working Paper. Londres: IIED.

Tabela 1 - Estimativas pontuais das razões de chance da variável de situação de domicílio nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010.

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Urbano x Rural
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	0.56
	1980 (coorte 1951-1955)	0.61
	1991 (coorte 1962-1966)	0.69
	2000 (coorte 1971-1975)	0.77
	2010 (coorte 1981-1985)	0.91
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	0.55
	1980 (coorte 1946-1950)	0.58
	1991 (coorte 1957-1961)	0.65
	2000 (coorte 1966-1970)	0.78
	2010 (coorte 1976-1980)	0.91
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	0.91
	1980 (coorte 1931-1935)	0.75
	1991 (coorte 1942-1946)	0.80
	2000 (coorte 1951-1955)	0.80
	2010 (coorte 1961-1965)	0.89

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010. Elaboração própria.

Cor ou raça

Cor ou raça⁵ é outra variável interessante ao se pensar a ausência de filhos. O percentual de mulheres sem filhos entre as categorias de cores ou raças não se diferencia drasticamente no período. As pardas ou indígenas apresentam sempre os menores percentuais de ausência de filhos (entre 14 e 19%), enquanto os maiores percentuais são em geral encontrados entre as pretas (entre 18 e 23%), com raras exceções entre as mulheres mais jovens. Quando se consideram os modelos estatísticos, encontra-se que a chance de uma mulher parda ou indígena não ter filhos é pouco menor que a chance de uma mulher branca. As chances são, porém, no máximo, 10% menores (Tabela 2).

Há correlação de cor ou raça com outras variáveis a serem analisadas neste trabalho, como renda, escolaridade e situação marital. Pretos e pardos são menos escolarizados e mais pobres do que os brancos. Além disso, o mercado matrimonial é desigual e desfavorece, principalmente, as mulheres pretas (Berquó, 1987; Cavenaghi e Alves, 2013). Nos modelos ajustados, as razões de chances para a variável de cor ou raça estão controladas tanto por estas variáveis quanto pelas demais características socioeconômicas e demográficas incorporadas aos modelos. Desta forma, os efeitos desta variável estão isolados do efeito das demais variáveis. Nesta condição, a chance de uma mulher não ter filhos não difere muito

⁵ Esta variável é inexistente no Censo de 1970. Portanto, as análises para esta variável são realizadas no período de 1980 a 2010.

entre as brancas e pretas, principalmente até 1991. A partir de 2000, entretanto, aumenta a chance de uma mulher preta não ter filhos em relação às mulheres brancas entre as mulheres de 30 a 34 anos e também entre as mulheres de 45 a 49 anos. Ainda que, nestes casos, a chance de não ter filhos não seja tão maior entre as pretas que entre as brancas – em média 13% -, este resultado evidencia que há outros fatores associados à ausência de filhos que não foram incorporados ao modelo e que afetam diferentemente as mulheres de acordo com a sua cor ou raça declarada.

Tabela 2 - Estimativas pontuais das razões de chance da variável de cor ou raça nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010.

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Preta x Branca	Parda ou indígena x Branca
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	-	-
	1980 (coorte 1951-1955)	0.82	0.93
	1991 (coorte 1962-1966)	0.94	0.97
	2000 (coorte 1971-1975)	0.96	0.94
	2010 (coorte 1981-1985)	0.97	0.89
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	-	-
	1980 (coorte 1946-1950)	**	**
	1991 (coorte 1957-1961)	1.04*	0.97
	2000 (coorte 1966-1970)	1.12	0.98
	2010 (coorte 1976-1980)	1.06	0.93
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	-	-
	1980 (coorte 1931-1935)	1.04*	0.91
	1991 (coorte 1942-1946)	1.07	0.96
	2000 (coorte 1951-1955)	1.20	0.97
	2010 (coorte 1961-1965)	1.13	1.00*

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010. Elaboração própria.

Notas: * indica categoria não significativa com nível de confiança de 95% (Wald).

** indica variável não significativa para entrada no modelo (p-valor > 0.05).

- indica variável inexistente no modelo.

Religião

A distribuição dos brasileiros por religião tem mudado de maneira importante nas últimas décadas⁶. Em conformidade ao que ocorreu com a população em geral, entre as mulheres de 25 a 49 anos a religião católica perdeu espaço. Não há, entretanto, diferença importante na declaração desta religião entre mulheres com e sem filhos.

⁶ Para aprofundamento nesta questão, sugere-se a leitura do texto: Almeida, Ronaldo e Barbosa, Rogério Jerônimo (2015), “Transição religiosa no Brasil”, em Arretche, Marta (org), Trajetórias da Desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos, São Paulo: Editora UNESP.

Os menores percentuais de ausência de filhos em todos os grupos etários durante todo o período pertencem às mulheres de outras religiões cristãs (entre 12 e 19%). Os maiores percentuais, por sua vez, dividem-se entre as mulheres sem religião e as mulheres de religiões não cristãs (21 a 33%). Em 1970 e 1980, destacam-se as primeiras e a partir de 1991, as últimas. Entre as mulheres de religiões não cristãs ocorre uma mudança singular: a partir de 1991 o percentual de sem filhos entre as mulheres que praticam alguma religião não cristã se afasta drasticamente das demais categorias. Em 2010, 33% das mulheres de 25 a 49 anos desta categoria não tinham filhos e este número é quase 50% maior que a média geral para este ano, que era de 22%. O impacto deste aumento não é tão sentido nos percentuais gerais devido à pequena participação deste grupo no total da população, embora seja crescente nas últimas décadas.

Em alguns modelos de regressão logística, algumas categorias não foram estatisticamente significativas (Tabela 3). Isto quer dizer que não há evidência de que exista diferença nas chances de uma mulher não ter filhos se ela pertence à religião de referência – no caso, Católica/Ortodoxa – ou à categoria da variável de religião em questão. E ainda que haja significância estatística, muitas delas não têm significância interpretativa, uma vez que as chances são no máximo 10% maiores ou menores do que entre as católicas.

Tabela 3 - Estimativas pontuais das razões de chance da variável de religião nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010.

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Outras cristãs x Católica/Ortodoxa	Outras não cristãs x Católica/Ortodoxa	Sem religião x Católica/Ortodoxa
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	0.98*	1.02*	0.71
	1980 (coorte 1951-1955)	0.99*	0.95	0.84
	1991 (coorte 1962-1966)	1.05	0.91	0.93
	2000 (coorte 1971-1975)	1.06	1.04	0.94
	2010 (coorte 1981-1985)	1.01*	1.15	1.01*
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	0.90	1.02*	0.85
	1980 (coorte 1946-1950)	0.96	0.94	0.93
	1991 (coorte 1957-1961)	1.01*	0.96*	1.05
	2000 (coorte 1966-1970)	0.98*	1.17	1.09
	2010 (coorte 1976-1980)	0.95	1.24	1.19
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	0.85	1.01*	1.05*
	1980 (coorte 1931-1935)	0.87	0.95	1.12
	1991 (coorte 1942-1946)	0.84	1.05*	1.00*
	2000 (coorte 1951-1955)	0.85	1.10	1.27
	2010 (coorte 1961-1965)	0.88	1.18	1.18

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010. Elaboração própria.

Nota: * indica categoria não significativa com nível de confiança de 95% (Wald).

Embora a variável de religião apresente efeitos pequenos sobre a ausência de filhos, ela é um controle importante nos modelos, já que foi incorporada com base em critério estatístico em todos eles.

Situação laboral

A atuação da participação feminina no mercado de trabalho na ausência de filhos é controversa. Enquanto alguns estudos encontram que estar inserida no mercado de trabalho aumenta a chance de não ter filhos (Bloom e Pebley, 1982; Rosero-Bixby et al, 2009), outros encontram relação inversa. Entre os países europeus, em 2010, quanto maior a proporção de mulheres empregadas, mais baixas eram as proporções de mulheres sem filhos (Miettinen et al, 2015). Na Itália, a condição de já ter trabalhado não parece ser relevante para a previsão de não ter filhos, porém não ter trabalhado no primeiro período da união aumenta a probabilidade de ser mãe (Tanturri e Mencarini, 2008).

Entre 1970 e 2010, como é amplamente conhecido, houve aumento da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil, tanto entre as mães quanto entre aquelas que (ainda) não haviam experimentado a maternidade. A diferença entre estes dois grupos de mulheres, entretanto, se reduz com o passar das décadas. Enquanto que em 1970, o percentual de mulheres que trabalhavam entre aquelas que não tinham tido filhos era quase três vezes maior que entre as mães, em 2010 é apenas 15% maior. Isto deve ser um reflexo direto da mudança na composição das mulheres trabalhadoras neste mesmo período. Como constatado por Oliveira et al (2015), as mulheres que trabalhavam em 1970 eram em sua maioria jovens e solteiras, porém passaram a ser predominantemente mulheres com filhos, casadas ou unidas consensualmente e com mais de 30 anos de idade.

Quando se trata de participação feminina no mercado de trabalho e condição reprodutiva, alguns fatores devem ser levados em consideração. Primeiramente que esta é uma variável instável ao longo do curso de vida da mulher, isto é, podem ocorrer múltiplas entradas e saídas do mercado de trabalho no decorrer dos anos. Além das questões relacionadas à maternidade – como, por exemplo, uma possível preferência pela contratação de mulheres sem filhos ou a dificuldade de reentrada no mercado de trabalho após o nascimento dos filhos pela precariedade de oferecimento de creches – existem também fatores independentes, como a situação econômica do país no momento da busca por emprego. Além disso, os Censos captam a situação laboral da mulher no momento da pesquisa. Isto, para as mulheres mais velhas, significa que a informação não se refere ao momento em que a maioria das mulheres estabelece sua condição reprodutiva, mas a um momento subsequente. Por fim,

a direção da causalidade na relação entre situação laboral e ausência de filhos não pode ser determinada com os dados que temos disponíveis, como aponta Rosero-Bixby et al (2009): as mulheres não teriam filhos porque estão no mercado de trabalho ou elas estariam no mercado de trabalho porque não têm filhos?

A ausência de filhos é mais comum entre as mulheres que trabalham que entre as que não trabalham em todo o período analisado em todos os grupos etários selecionados. Esta diferença é maior entre as mulheres mais jovens que entre as mais velhas. Em todos os grupos etários, entretanto, a diferença se reduz drasticamente com o passar das décadas. Em 1970, entre as mulheres de 25 a 34 anos, era três vezes maior o percentual de sem filhos entre as trabalhadoras que entre as que não trabalhavam; em 2010, era apenas 60% maior. Entre as mulheres de 45 a 49 anos, passou de 2,5 vezes para apenas 11% no mesmo período (Figura 13).

Este resultado faz sentido quando se considera que era mais comum no início do período que as mulheres deixassem a força de trabalho ao se casar e ter filhos e retornassem apenas anos depois. Já em décadas mais recentes, as mulheres casadas e com filhos passaram a integrar cada vez mais a força de trabalho (Paulo, 2014; Oliveira et al, 2015).

A situação laboral atua da maneira esperada na maior parte dos modelos estatísticos (Tabela 4). Entre as mulheres mais jovens, de 25 a 29 anos, a variável não era significativa em 1970 e, por isso, não foi incorporada ao modelo. A partir de 1980, em que a variável passa a ser incorporada nos modelos, a chance de uma mulher que não trabalha não ter filhos é menor do que a que uma mulher que trabalha. Resultado similar também pode ser observado para as mulheres de 30 a 34 anos entre 1980 e 2000. Em 1970 e 2010, entretanto, o resultado é oposto. Respectivamente, a chance de uma mulher que não trabalhava não ter tido filhos era 16% e 8% maiores que a de uma mulher que trabalhava. Entre as mulheres mais velhas, de 45 a 49 anos, a inversão ocorre a partir de 1991 e chega a atingir 25% em 2010. O resultado para estas mulheres, entretanto, é menos relevante do que para as demais. Isto porque a informação se refere a um momento posterior ao momento em que comumente as mulheres têm seus filhos.

Com o foco nas mulheres mais jovens, trabalhar fora de casa realmente parece agir de forma a aumentar a ausência de filhos. Ainda que para as mulheres de 30 a 34 anos, em 2010, a chance de uma mulher que não trabalha não ter filhos ser maior que a de uma mulher que trabalha, controladas todas as demais variáveis, a diferença é muito pequena: de apenas 8%. Não é possível, mesmo com a aplicação de um modelo, pensar no sentido de

causalidade desta relação. Assim, não se pode afirmar que as mulheres não tenham filhos porque estão trabalhando ou que elas estejam trabalhando por não terem filhos.

Tabela 4 - Estimativas pontuais das razões de chance da variável de situação laboral nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010.

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Não trabalha x Trabalha
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	**
	1980 (coorte 1951-1955)	0.66
	1991 (coorte 1962-1966)	0.72
	2000 (coorte 1971-1975)	0.75
	2010 (coorte 1981-1985)	0.86
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	1.16
	1980 (coorte 1946-1950)	0.84
	1991 (coorte 1957-1961)	0.89
	2000 (coorte 1966-1970)	0.89
	2010 (coorte 1976-1980)	1.08
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	0.89
	1980 (coorte 1931-1935)	0.94
	1991 (coorte 1942-1946)	1.04
	2000 (coorte 1951-1955)	1.08
	2010 (coorte 1961-1965)	1.25

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010. Elaboração própria.

Nota: ** indica variável não significativa para entrada no modelo (p-valor > 0.05).

Renda

Mulheres e casais sem filhos também apresentam certa concentração nos estratos mais altos de renda, como apontam estudos nacionais e internacionais⁷. As mulheres de 25 a 49 anos que não tiveram filhos até a data de referência dos Censos apresentam concentração ligeiramente superior no estrato mais alto de renda quando comparadas àquelas que tiveram filhos. Esta diferença, entretanto, não muda expressivamente ao longo das décadas analisadas. Sob a perspectiva de avaliar a ausência de filhos em cada grupo de renda, os dados corroboram a hipótese de que quanto mais alto o estrato de renda, maior o percentual de mulheres sem filhos.

Entre as mulheres mais ricas, a ausência de filhos aumentou ao longo das décadas em todos os grupos etários analisados⁸. Entre as mais pobres, estes percentuais são oscilantes

⁷ Algumas referências sobre o assunto: Bloom e Pebley (1982); Abma e Martinez (2006); Cavenaghi e Alves (2013); Oliveira e Marcondes (2014); Meneghim e Oliveira (2016).

⁸ A única exceção é no grupo etário de 45 a 49 anos em 1970, que possuía percentual mais próximo a 2010 que aos demais anos.

durante o período. Em 2010, em que o percentual geral salta, o mesmo movimento pode ser percebido com magnitude relativamente próxima em todos os grupos de renda, o que pode indicar que as variáveis correlacionadas a esta devem ter uma participação mais importante para o aumento geral que a renda em si.

A diferença entre os grupos extremos de renda – 20% com maior rendimento e 40% com menor rendimento – é notável. Entre as mulheres mais jovens, com idade entre 25 e 34 anos, o percentual de mulheres sem filhos entre as mais ricas chega a ser três vezes maior que entre as mais pobres, com aumento ao longo das décadas estudadas. Por exemplo, em 2010, entre as mulheres de 25 a 29 anos no estrato mais alto de renda, quase 70% delas não tinham tido filhos; entre aquelas que pertenciam ao estrato mais baixo, apenas 23% das mulheres não tinham experimentado a maternidade. Esta diferença entre os extremos reduz-se consideravelmente entre as mulheres no fim do período reprodutivo, com idade entre 45 e 49 anos. O percentual de mulheres sem filhos entre as mais ricas é, em média, apenas 40% maior que entre as mais pobres.

Nos modelos estatísticos também se observa que a variável de renda atua mais fortemente entre as mulheres mais jovens, de 25 a 34 anos, do que entre as mais velhas (Tabela 5). Entre as mulheres mais jovens, a chance de uma mulher que pertence ao grupo dos 20% com maior rendimento não ter filhos chega a ser mais de cinco vezes maior que no grupo com 40% menor rendimento. Entre as mais velhas, este valor não ultrapassa os 73%. Ambas estas razões de chance foram observadas em 1970. Para os três grupos etários analisados, as razões de chance se reduzem com o passar das décadas, porém a partir de 1991 não se distanciam tanto. Entre as mais jovens, mantêm-se próximas da média de 3,3 vezes maior entre as mais ricas quando comparadas às mais pobres; e entre as mais velhas varia de 13% a 47% maior nos anos consecutivos. Neste mesmo sentido, Cavenaghi e Alves (2013), a partir de uma classificação diferente da renda – com base na renda per capita – encontraram que mulheres de 45 a 49 anos que viviam em domicílios com 5 ou mais salários mínimos per capita em 2010 tinham quase três vezes mais chance de não terem filhos que as mulheres com menos de um quarto de salário mínimo. No grupo etário de 30 a 34 anos, a chance chega a quase 12 vezes maior no estrato mais alto quando comparado ao estrato mais baixo de renda considerado no estudo.

Este resultado indica que, embora a ausência de filhos seja diferente entre os estratos de renda, esta variável parece ser mais importante ao se pensar a postergação da fecundidade que a ausência definitiva de filhos.

Tabela 5 - Estimativas pontuais das razões de chance da variável de renda nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010.

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	40% intermediários x 40% com menor rendimento	20% com maior rendimento x 40% com menor rendimento
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	2.54	5.37
	1980 (coorte 1951-1955)	1.95	4.37
	1991 (coorte 1962-1966)	1.61	3.14
	2000 (coorte 1971-1975)	1.75	3.53
	2010 (coorte 1981-1985)	1.78	3.52
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	2.57	5.26
	1980 (coorte 1946-1950)	2.12	4.16
	1991 (coorte 1957-1961)	1.62	3.04
	2000 (coorte 1966-1970)	1.74	3.42
	2010 (coorte 1976-1980)	1.85	3.53
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	1.32	1.73
	1980 (coorte 1931-1935)	1.14	1.37
	1991 (coorte 1942-1946)	1.01	1.13
	2000 (coorte 1951-1955)	1.11	1.32
	2010 (coorte 1961-1965)	1.17	1.47

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010. Elaboração própria.

Escolaridade

A escolarização feminina – determinante tradicional da queda da fecundidade – desempenha também um papel importante na ausência de filhos, em especial na postergação da maternidade.

O Brasil passou por grandes mudanças estruturais na educação entre 1970 a 2010, com grande avanço da escolarização nesse período. Embora todas as mulheres tenham vivenciado esse avanço, as mulheres sem filhos apresentam uma concentração muito maior nos níveis mais altos de escolaridade quando comparadas àquelas que são mães. Em 2010, apenas 10% das mulheres que tiveram filhos tinha completado o ensino superior; entre as que não os tiveram, esse número chega a quase 30%. Ao se considerar as mulheres com, no mínimo, ensino médio completo, em 1991 as mulheres sem filhos já estavam no patamar alcançado apenas em 2010 pelas mães, de cerca de 40% das mulheres nestes níveis de instrução.

Os resultados dos modelos estatísticos (Tabela 6) e as análises descritivas corroboram uma hipótese universal: quando maior o nível de instrução, maior a ausência de filhos. As maiores diferenças podem ser observadas entre as mulheres com ensino superior, tanto para as brasileiras quanto para as mulheres da América Latina em geral (Rosero-Bixby

et al, 2009). No Brasil, entre as mulheres mais jovens, de 25 a 29 anos, controladas as demais variáveis, a chance de uma mulher com ensino superior não ter filhos chega a ser cinco vezes maior que entre as mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Isto ocorre em 2010, na coorte mais jovem considerada neste estudo, das mulheres nascidas entre 1981 e 1985. Em 1980, a chance de não ter filhos era apenas 2,5 vezes maior, ou seja, dobrou em 30 anos.

Tabela 6 - Estimativas pontuais das razões de chance da variável de nível de escolaridade nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010.

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Fundamental completo e médio incompleto x Sem instrução e fundamental incompleto	Médio completo e superior incompleto x Sem instrução e fundamental incompleto	Superior completo x Sem instrução e fundamental incompleto
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	1.48	3.20	3.97
	1980 (coorte 1951-1955)	1.17	1.64	2.35
	1991 (coorte 1962-1966)	1.33	2.21	3.81
	2000 (coorte 1971-1975)	1.43	2.62	4.27
	2010 (coorte 1981-1985)	1.29	2.39	4.96
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	1.25	2.08	2.53
	1980 (coorte 1946-1950)	1.19	1.48	2.08
	1991 (coorte 1957-1961)	1.14	1.77	2.84
	2000 (coorte 1966-1970)	1.18	1.93	3.18
	2010 (coorte 1976-1980)	1.21	1.88	3.38
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	1.47	2.03	2.23
	1980 (coorte 1931-1935)	1.48	1.83	2.51
	1991 (coorte 1942-1946)	1.31	1.90	2.69
	2000 (coorte 1951-1955)	1.13	1.67	2.33
	2010 (coorte 1961-1965)	1.12	1.39	2.14

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010. Elaboração própria.

A escolaridade pode estar relacionada à ausência de filhos de diversas maneiras diferentes. Uma hipótese é de que as mulheres que alcançam níveis mais altos de escolaridade podem pertencer previamente a um grupo em que há pouca ênfase na maternidade. Ou então que, ao ter filhos, as mulheres possam se tornar menos capazes de continuar a estudar. Por outro lado, o avanço educacional pode influenciar os valores e o estilo de vida de uma mulher, tornando-os menos tradicionais quanto mais ela avança nos estudos. Ou seja, a maternidade não seria adiada apenas devido ao seu longo período de estudo, mas também porque a educação pode oferecer planos alternativos ao casamento e/ou à maternidade para as mulheres. Por fim, outra hipótese é que pessoas altamente qualificadas podem ser melhores

usuários de contraceptivos, o que as tornaria mais capazes de atrasar os seus planos familiares e posteriormente realizá-los, ainda que com tratamentos médicos para a concepção. Entretanto, pode ocorrer que após sucessivos adiamentos, a maternidade se torne menos atraente ou mesmo impraticável (Bloom e Pebley, 1982; Tanturri e Mencarini, 2008; Sobotka, 2009; Coutinho, 2016).

Em vista a esta última hipótese, o avanço médico em tratamentos de fertilidade em décadas mais recentes pode ser um dos responsáveis pela redução – ao contrário do ocorrido entre as mulheres mais jovens – do percentual de mulheres definitivamente sem filhos entre aquelas que terminaram o ensino superior. Outro fator que pode ter ocasionado esta redução é que a expansão do ensino superior – em grande parte com ingresso e permanência mais viabilizados nos cursos à distância e nas instituições de ensino particulares – atingiu também mulheres mais velhas que já tinham filhos, o que pode ter mudado um pouco as características das mulheres de 45 a 49 anos com ensino superior⁹.

Com estrutura educacional tão diferente entre os anos e comportamento reprodutivo tão variado entre os níveis de instrução, os percentuais de mulheres sem filhos observados na população devem sofrer forte influência desta característica. Como um exercício extra para a reflexão do efeito do avanço da escolaridade feminina no Brasil entre 1970 e 2010 sobre o percentual de mulheres sem filhos, foi feita uma simulação – através de padronização direta pela estrutura educacional¹⁰ – de qual seria o percentual de mulheres sem filhos nos anos censitários se a estrutura educacional naquele ano fosse similar à estrutura educacional das mulheres em 2010 (Figura 1).

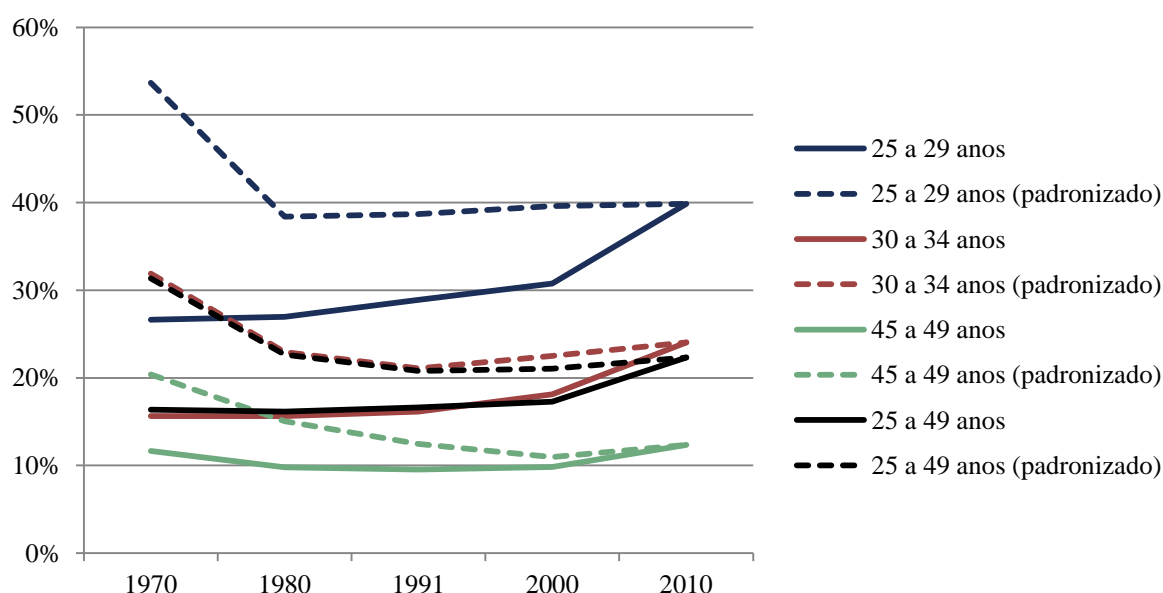
Nestas condições, não se teria observado aumento do percentual geral de mulheres sem filhos, mas quase uma constância nestes valores entre 1980 e 2010, com variação entre 20,8% e 22,6%. O salto observado entre 2000 e 2010 – de 17,3% para 22,3% – seria uma

⁹ A partir dos dados censitários não é possível explorar nenhuma destas hipóteses, já que não há informações sobre procura por tratamentos de fertilidade, idade ao nascimento do primeiro filho e idade em que iniciou e concluiu o ensino superior. As duas últimas informações apenas podem ser obtidas de forma direta para uma parcela muito pequena da população. No primeiro caso, composta pelas mulheres que tem apenas um filho(a) e este(a) tem menos de um ano de idade e, no segundo caso, parcialmente para as mulheres que declararam que estavam estudando na data de referência dos Censos.

¹⁰ Este método, inspirado no trabalho de Berquó e Cavenaghi (2014), somente controla o comportamento das variáveis consideradas na padronização. As variáveis correlacionadas a ela podem ser confundidas nesse efeito, portanto, neste caso, não se pode atribuir diretamente as mudanças observadas à educação. Só se pode concluir que o percentual de mulheres sem filhos seria maior ou menor se a população em questão tivesse a mesma estrutura educacional de 2010. Tecnicamente, a padronização pela estrutura educacional é realizada de maneira similar àquela feita para a estrutura etária de uma população. Isto é, foram aplicados os percentuais de ausência de filhos em cada categoria em cada ano censitário na estrutura educacional de 2010, assumida como padrão. Para mais informações sobre padronização, recomenda-se a leitura de: Carvalho, José Alberto Magno; Sawyer, Diana Oya e Rodrigues, Roberto do Nascimento (1998), *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*, 2. ed., São Paulo: ABEP.

elevação suave quase imperceptível quando colocada em perspectiva com os demais Censos: passaria de 21 para 22,3%. Entre as mulheres de 25 a 29 anos, a partir de 1980 se observaria um aumento constante e lento, sem salto entre 2000 e 2010. Entre as mulheres de 30 a 34 anos, o aumento ocorreria após 1991, com intensidade um pouco maior que o grupo etário anterior, mas bastante inferior ao que foi vivenciado de fato. A ausência definitiva de filhos, neste trabalho mensurado com as mulheres de 45 a 49 anos, ao contrário da constância experimentada a partir de 1980, teria enfrentado uma ligeira redução até 2000 com retomada sutil em 2010.

Figura 1¹¹ – Percentual de mulheres sem filhos, por grupos etários e anos censitários selecionados, com e sem padronização por estrutura etária e educacional. Brasil, 1970-2010.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010. Elaboração própria.

Nota: Para cada grupo etário, foi considerada a estrutura educacional do mesmo grupo etário da população feminina geral em 2010. Para o grupo etário de 25 a 49 anos, também foi feita a padronização pela estrutura etária da população feminina geral em 2010.

Nupcialidade

No que se refere à nupcialidade, a literatura é consoante: as mulheres que nunca se uniram têm chances muito maiores de nunca terem vivenciado a maternidade que aquelas que

¹¹ Em 1970, o percentual de mulheres sem filhos com ensino médio ou superior incompleto se assemelha ao das mulheres com ensino superior nesse ano, o que não ocorre nos demais anos. Em 2010, cuja população foi tomada como referência na padronização, há uma grande concentração de mulheres neste primeiro estrato educacional. Portanto, a padronização para 1970 foi possivelmente influenciada por um fator que não afetou os demais anos e que não pode ser controlado sem um aprofundamento na questão do significado de ter determinado nível de escolaridade em diferentes décadas. Por isso, o ano de 1970 não foi considerado na análise.

vivem ou viveram em união – formal ou informal. Com os resultados dos modelos, esta ideia se reforça para o Brasil: a situação marital é a variável que mais impacta a situação reprodutiva da mulher (Tabela 7).

Entre 1970 e 2010, no Brasil, é possível observar dois movimentos contrários, porém igualmente importantes no percentual de mulheres sem filhos no que diz respeito à situação marital. De um lado, ocorre a redução de ausência de filhos entre as mulheres que nunca se uniram e, de outro, o aumento do percentual de sem filhos entre as mulheres unidas ou que estiveram em união.

Pelos modelos estatísticos observa-se que entre as mulheres mais jovens, de 25 a 29 anos, a chance de uma mulher que nunca esteve em união não ter filhos, controlada pelas demais variáveis do modelo, chega a ser 127 vezes maior que a de uma mulher que está em união. Isto ocorre em 1970, com a coorte de mulheres nascidas entre 1941 e 1945¹². Esta razão de chance se reduz drástica e gradualmente ao longo do período analisado. Em 2010, que compreende a coorte nascida entre 1981 e 1985, a chance de não ter filhos para as mulheres que nunca estiveram em união é 17 vezes maior que a chance de uma mulher unida.

Tabela 7 - Estimativas pontuais das razões de chance da variável de situação marital nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010.

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Solteira (nunca esteve em união) x Casada (ou está em união)	Viúva, desquitada, separada, divorciada (ou já esteve em união) x Casada (ou está em união)
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	127.62	2.11
	1980 (coorte 1951-1955)	55.85	1.07
	1991 (coorte 1962-1966)	38.83	0.90
	2000 (coorte 1971-1975)	26.85	0.96
	2010 (coorte 1981-1985)	16.84	1.00*
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	133.62	2.49
	1980 (coorte 1946-1950)	76.80	1.40
	1991 (coorte 1957-1961)	56.79	1.28
	2000 (coorte 1966-1970)	42.57	1.33
	2010 (coorte 1976-1980)	21.22	1.34
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	63.60	1.13
	1980 (coorte 1931-1935)	69.38	1.04*
	1991 (coorte 1942-1946)	67.21	1.02*
	2000 (coorte 1951-1955)	70.71	1.23
	2010 (coorte 1961-1965)	29.66	1.29

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010. Elaboração própria.

Nota: * indica categoria não significativa com nível de confiança de 95% (Wald)

¹² Neste ano não há variável de cor ou raça, já que não foi incluída neste Censo. Se esta variável tivesse sido incluída, este resultado poderia ser diferente. Porém dificilmente seria menor do que foi estimado para os demais anos, já que a redução desta razão de chance parece ser gradativa no período.

Pode-se visualizar que o Brasil esteja caminhando para uma mudança fundamental na relação entre ausência de filhos e nupcialidade. Embora a situação marital ainda seja o que mais diferencia as chances de ter ou não ter filhos – o que reflete a importância da nupcialidade para o comportamento reprodutivo –, esta condição parece ter menos importância com o passar das décadas e para as coortes mais jovens (Cavenaghi e Alves, 2013; Meneghim e Oliveira, 2016). Pode-se figurar, ainda que de maneira muito suave dada a vasta diferença da ausência de filhos entre as mulheres unidas e nunca unidas, um ligeiro afrouxamento da relação entre a união e reprodução: tanto mais mulheres nunca unidas têm filhos quanto mais mulheres unidas deixam de tê-los, ainda que temporariamente.

CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho, conclui-se que as características socioeconômicas e demográficas que se relacionam mais fortemente à ausência de filhos são nupcialidade, escolaridade e renda.

A situação marital, como esperado, é a variável que mais impacta a situação reprodutiva da mulher. No período estudado observam-se dois movimentos importantes: de um lado, ocorre a redução de ausência de filhos entre as mulheres que nunca se uniram e, de outro, o aumento do percentual de sem filhos entre as mulheres unidas ou que estiveram em união. Estes resultados sugerem, ainda que de maneira muito suave em vista à grande diferença na ausência de filhos entre as mulheres unidas e as nunca unidas, um ligeiro afrouxamento da relação entre a união e reprodução.

A relação entre escolaridade e ausência de filhos também é clara: quanto mais alto o nível de escolaridade, maior a chance da mulher não ter filhos. Entre as mulheres mais jovens, a chance de uma mulher com ensino superior não ter filhos chega a ser cinco vezes maior que entre as mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Além disso, há um papel importante do avanço da escolarização nas últimas décadas. Se todos os anos censitários tivessem a mesma estrutura educacional de 2010, provavelmente não se teria observado tamanho aumento do percentual de mulheres sem filhos, mas quase uma constância nestes valores entre 1980 e 2010. Desta forma, a escolaridade se coloca como uma das variáveis mais importantes para se pensar a ausência de filhos.

A renda é outra variável importante para se pensar a ausência de filhos. O percentual de mulheres sem filhos entre as mais ricas chega a ser três vezes maior que entre as mais pobres, com aumento ao longo das décadas estudadas. A relação entre renda e ausência

de filhos, entretanto, é mais forte entre as mulheres mais jovens do que entre as mais velhas. Entre as mulheres mais jovens, a chance de uma mulher que pertence ao grupo dos 20% com maior rendimento não ter filhos chega a ser mais de cinco vezes maior que no grupo com 40% menor rendimento. Entre as mais velhas, este valor não ultrapassa os 73%. Desta forma, a renda deve ser mais importante para a ausência temporária de filhos do que a ausência definitiva destes.

As demais características socioeconômicas e demográficas analisadas neste trabalho também apresentam relação com a ausência de filhos, porém em menor grau. Muitos destes resultados poderiam ser diferentes se os fatores relacionados à ausência de filhos não incluídos na análise pudessem ser incorporados em um modelo estatístico. Entretanto, muitos destes fatores podem nem mesmo ser mensurados com precisão, por se tratarem de questões sociais e culturais, por exemplo.

REFERÊNCIAS

Abma, Joyce e Martinez, Gladys (2006), “Childlessness among Older Women in the United States: Trends and Profiles”, em *Journal of Marriage and Family*, Vol. 68, Nº 4, p.1045-1056.

Alves, José Eustáquio Diniz e Cavenaghi, Suzana (2009), “Timing of childbearing in below replacement fertility regimes: how and why Brazil is different?”, trabalho apresentado na Conferência Internacional da IUSSP, Marrakech.

Barbosa, Rogério Jerônimo (2013), “Instruções para o Uso dos Bancos de Microdados das Amostras dos Censos Demográficos Brasileiros (1960 a 2010)”, Centro de Estudos da Metrópole, USP, São Paulo.

Barbosa, Rogério Jerônimo (2014), “Comparabilidade das informações disponíveis nos Censos (1960-2010) e PNADs (1976, 1985, 1995 e 2005)”, Centro de Estudos da Metrópole, USP, São Paulo.

Bercovich, Alicia (1987), “Fecundidade da mulher negra: constatações e questões”, em *Textos NEPO*, Campinas, vol. 11.

Berquó, Elza (1987), “Nupcialidade da população negra no Brasil”, em *Textos NEPO*, Campinas, vol. 11.

Berquó, Elza e Cavenaghi, Suzana (2014), “Tendências dos diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil entre 2000 e 2010”, trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, São Pedro.

Bloom, David e Pebley, Anne (1982), “Voluntary Childlessness: A Review of Evidence and Implications”, em *Population research and policy review*, Vol. 1, p. 203-224.

Cavenaghi, Suzana e Alves, José Eustáquio Diniz (2013), “Childlessness in Brazil: socioeconomic and regional diversity”, trabalho apresentado na Conferência Internacional da IUSSP, Bussan.

Meneghim, Joyce Caroline Alecci e Oliveira, Maria Coleta Ferreira Albino (2016), “Análise da relação entre ausência de filhos e características socioeconômicas e demográficas para mulheres de 50 a 59 anos no período de 1980 a 2010 no Brasil”, trabalho apresentado no XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Foz do Iguaçu.

Miranda-Ribeiro, Adriana; Rios-Neto, Eduardo Luiz Gonçalves e Garcia, Ricardo Alexandrino (2016), “Anticipación y postergación de los nacimientos en la transición de la fecundidad en Brasil”, em *Notas de Población*, Vol. 103, p. 29-43.

Oliveira, Maria Coleta Ferreira Albino; Vieira, Joice e Marcondes, Glaucia (2015), “Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências”, em Arretche, Marta (org), *Trajetórias da Desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*, São Paulo: Editora UNESP.

Oliveira, Maria Coleta Ferreira Albino e Marcondes, Glaucia (2004), “Contabilizando perdas e danos: maternidade, trabalho e conjugalidade no pós feminismo”, trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu.

Oliveira, Maria Coleta Ferreira Albino e Marcondes, Glaucia (2014), “Maternidade precoce x tardia: mudança de padrão ou heterogeneidade?”, trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, São Pedro.

Paulo, Maira Andradr (2014), “O momento do nascimento do primeiro filho e a situação da mulher no mercado de trabalho no Brasil: uma análise do salário por grupos socioeconômicos”, trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, São Pedro.

Rosero-Bixby, Luis; Castro-Martín, Teresa e Martín-Garcia, Teresa (2009), “Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing?”, em *Demographic Research*, Vol. 20, p. 169-194.

Shapiro, Gilla (2014), “Voluntary childlessness: A critical review of the literature”, em *Studies in the Maternal*, Vol. 6, Nº 1.

Sobotka, Tomáš (2009), “Shifting parenthood to advanced reproductive ages: Trends, causes, and consequences”, em *Intergenerational Justice Review*, Vol. 9, Nº 2, p. 56-61.

Tanturri, Maria Letizia e Mencarini. Letizia (2008), “Childless or childfree? Paths to voluntary childlessness in Italy”, em *Population and Development Review*, Vol. 34, Nº 1, p. 51-77.

Coutinho, Raquel Zanatta (2016), “The transformation to low fertility in Brazil”, tese de doutorado, College of Arts and Sciences, University of North Carolina, Chapel Hill.